

## ■ Editorial

O Brasil ingressa na última década do presente século convivendo com intensos movimentos. O país não tem acompanhado, devido às transformações geopolíticas, o novo contexto mundial. Conquistas tecnológicas revolucionam as vantagens comparativas. São exigidas novas formas de integração daqueles que alcançam o mercado de trabalho. A sociedade, através da participação democrática, busca prioridade para uma ação de longo prazo. A oferta de emprego se dissocia da produção industrial e agrícola.

Há um dualismo acirrado provocado pelo caos monetário já existente na sociedade brasileira. A modernidade convive com a estagnação sócio-econômica e cultural que penaliza amplas faixas da população. As ilhas de modernização revelam vitalidade e contribuem para o aperfeiçoamento da qualidade de vida. Essa melhoria, no entanto, por se restringir a uma parte da sociedade, enfatiza o dualismo e provoca a proliferação da miséria, da violência, a depredação do meio ambiente e da marginalização. O distanciamento entre o moderno e o estagnado dilacera a América Latina como um todo.

Os demagogos contrariam princípios jurídicos e admitem que uma parte seja obrigada a cumprir sua obrigação mesmo que a outra não honre a sua. A nosso ver, isto só acontece nesta terra que não consegue se livrar da incompetência e do baixo nível de seus homens públicos que cultivam os escândalos, como se isto fora lhes dar maior notoriedade, facilitando a sua permanência política apesar dos seus feitos.

O Ministro da Fazenda diz que não há congelamentos e tabelamentos, os estabelecimentos de ensino sofrem o quê? Não se ruborizam porque, como é sabido, não têm vergonha e contam com a posição genuflexa de grande parte do segmento. O bom ensino é caro, necessita de recursos fartos e os tem, mas são desviados descaradamente sem que nada se faça, necessitando, igualmente, de mensalidades que permitam o constante aperfeiçoamento, a remuneração estimuladora e a qualidade que se deseja e se merece. Excetuando-se algumas escolas privadas, atingem ao seu objetivo de nivelar por baixo, pelo índice rasteiro a que estão acostumados e que é proporcional a seu grau de inteligência e competência.

O Senhor Ministro da Educação chegou com um belo discurso de “fazer e acontecer” e até o presente momento nada, apenas a manutenção da mesma política comprometida com benesses individuais e descarregando sobre a iniciativa privada as atribuições da rede pública. As escolas ditas oficiais estão em ruínas, o magistério liquidado por mentalidade tacanha que arrasou os salários, fazendo sobrar para o particular o único caminho para a oferta de educação.

Aproveitam-se, exatamente, da falta de educação do povo para se elegerem, para se manterem no poder e se locupletarem às custas da falta de conhecimento da população, ignorância mesmo.

Por várias vezes o Poder Executivo anunciou que num prazo de 180 dias encaminharia ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares pela iniciativa privada. Por várias vezes este prazo foi ultrapassado.

Este é o parlamento que temos. Pouco podemos fazer e esperar e mesmo as decisões judiciais são suspeitas, já que lhes falta coragem de admitir o óbvio, numa clara proteção aos privilégios.

Falta um olhar mais respeitoso com a educação e, pelo que vemos, vamos ter que aturar este festival de bobagens revestidas de pompas e poses. Durante um certo tempo, quando da posse, acreditei em mudanças, infelizmente tal não aconteceu. Não deu outra, retornaram as antigas práticas, o dinheiro continua sumido, a universidade pública continua indiscriminada.

Cursos e universidades são autorizados por meio de apadrinhamento político, em gabinetes, por meio de conchavos e jogos de influência. Se já estávamos em má situação, ela se agrava pelo desapontamento e por sabermos que nada se modificará porque falta conhecimento e, fundamentalmente, vontade de fazer o certo sem se subjugar às negociatas e ao agrado de algumas parcelas da sociedade.

Pobre educação entregue a arrivistas presunçosos. Até quando vamos aguentar a falência do ensino público e o torniquete da iniciativa privada em flagrante desrespeito à Constituição?